

Entre o estudo, as orações e o aprendizado do trabalho: uma análise do cotidiano das internas do Asylo Coração de Maria de Rio Grande/RS (1863 a 1951)

Hardalla Santos Do Valle

Resumo

Este texto tem por objetivo abordar a educação de meninas, órfãs ou em situação de vulnerabilidade, que era efetivada no Asylo Coração de Maria, na cidade do Rio Grande/RS. Entre os elementos discutidos, no bojo da Cultura escolar, estão a fundação desta instituição e a rotina escolar das internas. A inserção do ensino profissionalizante foi analisada a partir dos relatórios das mães responsáveis, que visavam proporcionar opções de vida às meninas para além do casamento e do cuidado do lar. Como suporte teórico-metodológico deste estudo evoca-se a História Cultural, visando a análise documental de jornais, livros de matrícula, registros e relatórios.

Palavras-chave: Instituição educacional católica, educação de meninas desvalidas, ensino profissionalizante, cultura escolar.

Agência/Instituição financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Introdução

Um lugar construído para amparar e educar as meninas que não tiveram sorte na vida. Assim é descrita a constituição inicial do Asylo Coração de Maria em diversos documentos da própria instituição.

Sob a tutela das mães da Congregação do Imaculado Coração de Maria e com o amparo financeiro do poder público municipal e de fiéis católicos, este asilo foi responsável pela instrução e cuidado das meninas desvalidas da cidade do Rio Grande/RS do ano de 1863 até o final da década de 1960.

O ano de 1951 deve ser destacado porque marca um momento de transformação. Foi quando houve um grande incêndio no prédio onde o asilo funcionava. Ao final da década de 1950, ao ser construído outro prédio, o nome da instituição é alterado, bem como suas prioridades. O antigo Asylo Coração de Maria passou a funcionar com a denominação de

Educandário Coração de Maria¹, com maior foco no ensino primário e redução na assistência de meninas.

Ao ser criado o asilo, visava-se propiciar uma educação ampla às recolhidas, ministrando-lhes noções escolares e domésticas. O acolhimento era pautado em uma série de critérios acertados, entre a diretoria e as mães, e documentados em um regimento interno. Cabia às mães, a averiguação destes critérios e o aceite ou não das meninas.

De acordo com o regimento, eram consideradas passíveis de serem internas crianças do sexo feminino que fossem órfãs de pai e mãe ou que as famílias estivessem impossibilitadas de prover as condições mínimas à sua existência. Elas deveriam ter de quatro a dez anos, ser desprovidas de impedimento moral² e deveriam passar por exames médicos para comprovar que não sofriam de alguma moléstia. Também tinham que ingressar vacinadas. O número de internas era fixado em quarenta, podendo ser aumentado apenas por decisão do conselho³. Ao completar dezoito anos, as meninas deviam deixar o estabelecimento. Situação que, segundo os relatórios institucionais, deixava as mães preocupadas com o destino das garotas.

É digno de nota que essa instituição foi a única destinada exclusivamente ao amparo de meninas na cidade do Rio Grande.⁴ Todavia, há poucas informações sobre o funcionamento deste asilo. Atualmente, encontram-se menções acerca da existência desta instituição apenas nas pesquisas de Sentana e Moura (1989), Bortoluzzi (1996), Maciel (2002) e Caldeira (2014).

Logo, as questões que norteiam o presente trabalho são: Como funcionava o cotidiano das internas do Asylo Coração de Maria? Por que o ensino para o trabalho fazia parte deste cotidiano?

Como alicerce teórico-metodológico foram selecionadas a História Cultural (BURKE, 2008 e CERTEAU, 1997) e a análise documental (SAMARA e TUPY, 2010). Os documentos que sustentam este estudo, fazem parte do acervo do Educandário Coração de Maria (livros de matrícula, relatórios das mães responsáveis e regimento interno da instituição) e da Biblioteca rio-grandense (regimento da Santa Casa de Misericórdia e jornal Echo do Sul).

¹ Instituição ainda existente, com ensino fundamental para ambos os sexos. Hoje não atua mais como um abrigo.

² O regimento interno do asilo não especifica o que seria um “impedimento moral” dessas crianças. A partir do trabalho de pesquisa, uma hipótese que se postula é que este critério seria configurado subjetivamente pelas mães que eram responsáveis pelo acolhimento.

³ O conselho era constituído por quinze membros, escolhidos em assembleia, entre os contribuintes mais dedicados, de boa moral e representação social. O mandato do conselho era de três anos.

⁴ Existiam duas instituições de amparo aos meninos na cidade do Rio Grande. A Escola de Artífices da Marinha (1861 a 1922) e o Liceu Salesiano de Artes e Ofícios Leão XII (1902 a 1966).

Nas linhas que seguem, será apresentado primeiramente como ocorreu a fundação do Asylo Coração de Maria. Logo após, serão analisadas informações sobre o cotidiano escolar das internas e a existência do ensino profissionalizante. Busca-se assim, partilhar reflexões que possam contribuir aos estudos sobre educação católica, educação feminina e ensino profissionalizante num contexto local e no âmbito da História da Educação.

O Asylo Coração de Maria

No ano de 1858 são iniciadas em Rio Grande algumas discussões, por meio dos jornais acerca da necessidade de criar uma instituição que cuidasse da educação e do auxílio das menores abandonadas. Entre os argumentos apresentados para angariar apoio financeiro para esta ideia, o principal era a urgência de se ampliar o trabalho que era realizado pela Casa da roda dos Expostos⁵. Outro argumento era a descrição da “boa iniciativa” de Pelotas, uma cidade vizinha. Lá foi fundado, em 1855, o Asilo de Órfãs Nossa Senhora da Conceição⁶.

De acordo com Sentana e Moura (1989, p.13), o Major Miguel Tito de Sá foi quem mais lutou pela criação de um asilo de meninas em Rio Grande. Ele era carioca. Foi enviado para esta cidade como Major da Guarda Nacional. Em Rio Grande, alcançou notoriedade como empresário, presidente, e diretor da Câmara de Comércio, da Cia. União Fabril e da Santa Casa. Cabe salientar ainda, que ele ocupava o cargo de Inspetor de Instrução Pública e era maçom.

Sendo Miguel Tito Sá um dos diretores da Santa Casa, também era um dos gestores da Casa da Roda dos Expostos. O que nos conduz à hipótese de que seu empenho na construção de um asilo de meninas era movido por uma demanda institucional, uma vez que, não havia um lugar destinado apenas à elas.

No regimento do ano de 1860 Santa Casa de Misericórdia, está posto que:

[..] Desde que a Santa Casa tomou a seu cargo curar dos expostos, até 30 de junho de 1860, vieram à roda 139 crianças, 11 com aquelas duas que recebeu da Câmara, e mais 11 que a roda recebeu neste último ano compromissal, fazem o número de 152; sendo 78 do sexo feminino e 74 do masculino; 121 brancos, 23 pardos e 8 pretos.

⁵ A Casa da Roda dos Expostos era um local, situado na antiga Rua da Praia (atual Marechal Floriano), cedido pela câmara municipal de Rio Grande para assistência dos menores que eram abandonados no Hospital Santa Casa. Essa casa era administrada pelos membros gestores do Hospital Santa Casa. Para maiores informações: TORRES, Luiz Henrique. A casa da roda dos expostos do Rio Grande. **Revista Biblos**, Rio Grande, v. 20, 2006. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/724>

⁶ O Asilo Nossa Senhora da Conceição foi criado em Pelotas no ano de 1855, com o intuito de acolher meninas desvalidas. Grande parte de seus colaboradores eram membros da maçonaria. Para maiores informações ver: CALDEIRA, Jeane dos Santos. O Asilo de Órfãs São Benedito em Pelotas – RS (as primeiras décadas do século XX): trajetória educativa-institucional. **Dissertação de mestrado**, 2014.

Foram reclamados por seus parentes 9, ficaram maiores e a cargo das pessoas que os criaram 36, faleceram 81, existindo agora 26. Destes últimos, 15 são do sexo feminino e 11 do masculino; 23 brancos e 3 pardos (REGIMENTO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, 1860, s/p)

Em relação a estes dados, destaca-se que mais crianças brancas eram deixadas na roda. O que segundo Silva (1988) era um perfil comum no Brasil colonial, relacionado mais com a má honra das mães solteiras do que com as dificuldades enfrentadas por um casal pobre para criar os filhos. Sobre esse ponto, Torres (2006) ressalta que, em um período de escravidão, mesmo que os progenitores negros quisessem abandonar seus filhos, seria extremamente difícil. Dado a vigilância dos senhores às grávidas, para manutenção de um novo corpo dócil de trabalho.

A fundação do Asylo Coração de Maria ocorreu em uma reunião, anunciada publicamente nos jornais, aberta a todos aqueles que estivessem interessados em seu funcionamento. Nesta reunião, a primeira medida efetivada foi a eleição de uma diretoria para organizar e dar andamento aos trâmites burocráticos para a criação da instituição. A presidência dessa diretoria ficou a cargo do Major Miguel Tito de Sá, a vice-presidência ao Dr. Pio Angelo Da Silva⁷, a secretaria ao Sr. Joaquim Ribeiro da Silva⁸ e a tesouraria ao Sr. Zeferino Alves Azambuja⁹.

A partir de contribuições financeiras de diversos atores sociais e do poder público local, em 1862 foi comprado um prédio para a instituição. Este, era situado nas proximidades da Praça Sete de Setembro. Sentana e Moura (1989) enfatizam que, mesmo existindo um prédio e as condições de renda necessárias, a inauguração do asilo foi sendo adiada até que se conseguisse uma congregação religiosa para o cuidado das meninas.

Assim sendo, em novembro de 1862, chegaram de Pelotas as madres Helena, Gabriela e Filomena¹⁰ da Congregação do Imaculado Coração de Maria¹¹. Segundo Bortoluzzi (1996), essas madres haviam sido desligadas do Asilo Nossa Senhora da Conceição devido às suas ideias “subversivas”, que eram incentivadas pela diretoria maçônica daquela instituição. Ideias estas, que teriam ido contra às concepções das suas colegas de congregação instauradas

⁷ Dr. Pio Ângelo da Silva nasceu em Rio Grande no ano de 1818. Prestou à República Rio-grandense serviços de Enfermagem durante a Revolta dos Farrapos. Tornou-se médico no Rio de Janeiro. Ao voltar para sua cidade natal atingiu certo destaque, não só pela sua cultura como também pelos seus constantes atos de benemerência e caridade, ficando conhecido como "Pai dos pobres" (NEVES, 1980).

⁸ Joaquim Ribeiro da Silva foi um comerciante de sucesso. Membro fundador da sociedade união comercial dos varejistas de Rio Grande, em 1888 (NEVES, 1980).

⁹ Zeferino Alves Azambuja foi um empresário rio-grandino. Foi diretor da Companhia de seguros marítimos e terrestres Perseverança, que atuava em Rio Grande entre as décadas de 1860 a 1900 (SENTANA e MOURA, 1989).

¹⁰ Seus sobrenomes ainda não foram encontrados nos documentos pesquisados.

¹¹ Mesma congregação que cuidava dos desvalidos do Asilo Nossa Senhora da Conceição.

em Pelotas, mas que muito combinavam com o perfil da nova instituição almejada pela diretoria rio-grandina. Constituiu-se assim a hipótese de que, as três mães enviadas a Rio Grande foram “escolhidas a dedo”, em um acerto entre as diretorias desses dois asilos. Ambas, de acordo com Sentana e Moura (1989), compostas por mães com destacadas posições socioculturais.

O primeiro trabalho realizado pela diretoria e as três mães foi a criação de um regimento interno. Neste, ficou decidido que o corpo docente do Asylo Coração de Maria seria escolhido e coordenado por uma mãe diretora. A ela, também caberia a tarefa de determinar se seriam leigas ou não suas auxiliares. Outras funções que lhe competiam, era a administração interna do asilo e o cuidado com a educação moral das acolhidas. À diretoria, ficou estabelecido o compromisso de deliberar ou decidir, ouvindo o conselho, em todos os casos que não estivessem previstos no regimento; a responsabilidade de manter o equilíbrio entre a despesa e a receita; de assegurar todos os bens da instituição e de renovar todos os seguros (REGIMENTO INTERNO, 1862).

De acordo com Sentana e Moura (1989), após a criação deste asilo muitas meninas que residiam na Casa da Roda dos Expostos foram enviadas para lá. Esta instituição, propiciou assim um alargamento da tutela de uma infância enjeitada, que antes poderia residir na Casa da Roda dos Expostos apenas até os doze anos.

Um aspecto interessante sobre o ingresso das acolhidas é a existência de um sistema de indicação, que não era previsto no regimento, e que acaba por revelar a ocorrência de uma certa seleção das meninas. Além das famílias que lá as deixavam, Sentana e Moura (1989) sinalizam que muitas desvalidas eram colocadas no asilo a pedido de membros da diretoria. Situação que foi confirmada a partir da análise de livros de matrícula dos anos de 1900 a 1930.

Livro de matrícula do Asylo Coração de Maria (1916)

28

MATRICULA

Maria Joasina Terra filha de Virgínia Terra e
nascida no dia 23 de Junho 1907, na cidade do Rio Grande
do Rio Grande do Sul entrou para este Asylo no dia 6 de Janeiro de 1916
Recebida ao Asylo por pedido do Sr. D. Afonso Corrêa

Está n
de 1916 d

Exame medico.
Presidência do Sr. D. Afonso Corrêa

Dia	Mez	Anno	Observações
			O pai desta menina ausentou-se da cidade deixando as filhas sem recursos; é irmã de Porcelina Terra.
			Foi retirada do Asylo, no dia 11 de Fevereiro de 1917, por seu padrinho Sr. Afonso Corrêa. E Corrêa

Fonte: acervo do Educandário Coração de Maria.

Nesta página de um dos livros, pode-se observar que uma menina de nove anos, chamada Maria Joasina Terra, ingressou no asilo, no dia seis de janeiro de 1916, indicada por um dos diretores (Afonso Corrêa). Diferentemente da maioria, ela não passou por exames médicos para ser aceita. Sendo levada do asilo, aos doze anos, pelo mesmo diretor que no livro, é descrito como seu padrinho.

Essa situação se repete com outros diretores e com parentes deles (irmãs e tias). Nenhuma asilada que foi indicada tem registro de avaliação médica. O que evidencia que as vagas nem sempre eram ocupadas a partir dos critérios estabelecidos no regimento interno, bem como que o pedido prévio de auxílio, a alguém com representatividade institucional, facilitava o ingresso.

Muitas desvalidas passaram por este asilo. Com o passar dos anos ocorreu neste espaço também, o ensino primário para externas¹². Contudo, por falta de estrutura predial, admitiam-se apenas 27 meninas externas (Sentana e Moura, 1989). O encerramento do asilo foi associado ao incêndio que houve no ano de 1951. Nesta tragédia, muitos documentos foram perdidos. Entre aqueles que foram salvos, estão os relatórios das mães responsáveis, que permitem – através das narrativas construídas – a constituição de fragmentos sobre o dia a dia dessas asiladas.

Cabe salientar que, de acordo com Julia (2012, pág. 10) a cultura escolar pode ser descrita como um “conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. Tendo como âncora de estudo este conceito, é que vem sendo analisados os relatórios - dos anos de 1903 a 1950 - que estão arquivados no Educandário Coração de Maria.

Amparo, educação e trabalho: um estudo sobre o cotidiano

A rotina das meninas do Asylo Coração de Maria tinha como pilares: a religiosidade, a submissão e a obediência. Todavia, Rizzini (2009) destaca que embora houvesse a busca por imposição de modelos educacionais aos asilos, por outro lado, campos de negociação emergiam diante das pressões e das formas de apropriação engendradas, podendo levar à reorientação das práticas institucionais previstas.

No caso da instituição abordada, sobre as normas de conduta diária, pode-se afirmar que muitas estavam legitimadas pelo regimento interno, mas outras normas também surgiram no decorrer da rotina institucional. Assim, aflorando um paralelo sociocultural entre as regras “explícitas” e “implícitas”, ou seja, entre as normas exigidas em documento e as normas que eram apropriadas nas trocas socioculturais da rotina, pelo senso comum.

De acordo com os relatórios das mães, todas as manhãs as asiladas eram acordadas com a frase: “Vinde, louvemos ao senhor”, ao que deviam responder: “Louvado seja o seu santo nome”. E assim, a religiosidade continuava permeando o dia.

As meninas estendiam as camas, realizavam a higiene pessoal e logo passavam à realização das orações da manhã. Ao sinal, formavam fila e se dirigiam para a capela. Lá, deviam rezar em silêncio. Ao sair da capela se dirigiam ao refeitório. Antes de se acomodar à

¹² Meninas que moravam com suas famílias e que pagavam uma mensalidade pelo ensino recebido.

mesa, faziam outra oração. A refeição deveria ser realizada com a máxima atenção às regras de etiqueta.

Observa-se que as práticas religiosas estavam imbricadas com o recato e o respeito que esperava-se das meninas (SOUSA, 2011). O controle não se dava só no campo da moral, mas também em relação ao controle do seu próprio corpo e de suas vontades. As meninas eram sistematicamente vigiadas em todas as suas atitudes e manifestações.

Ao entrar nas salas de aula, as asiladas já eram instruídas a permanecer em silêncio e atentas. A organização era um fator importante para as mães, por isso enfatizava-se às meninas o cuidado para não causar danos aos objetos. Uma mãe revisava, diariamente, as carteiras para verificar se nada faltava e se estava tudo organizado. No horário que não frequentavam as aulas, as acolhidas tinham o seu tempo dividido entre serviços domésticos, arte culinária, trabalhos manuais e estudo.

Em um lugar com uma rotina tão rígida, pode-se supor que as jovens tentavam burlar as regras de alguma maneira. Fato que se confirma nos relatórios por meio da menção de que algumas internas eram “mais difíceis de lidar”. Vidal e Schwartz (2010), chamam a atenção para o fato de as instituições não são apenas locais de transmissão de conhecimentos, de inculcação de comportamentos, mas são também lugares de resistências, de ressignificações, pois normas e práticas são ações humanas criativas, ativas e, desse modo, estão imbricadas com a lógica social.

Para conseguir impor obediência, submissão, e uma lógica de poder hierárquica¹³, as mães valiam-se de meios de correção como: aviso de advertência em particular e/ou em público, notas de disciplina, aviso feito pela mãe superiora em particular e -se existente- na presença de algum responsável. A última das últimas medidas eram a ameaça e a efetivação da exclusão definitiva do asilo.

Sentana e Moura (1989) afirmam que, para não sofrer nenhum tipo de constrangimento ou punição, as acolhidas deveriam observar cautelosamente e se adequar a conduta efetivada pelas internas do asilo.

Entre essas, estavam a obrigatoriedade de tratar com respeito e grande veneração a mãe superiora; falar com as mães sempre em pé e ao encontrarem qualquer pessoa deveriam cumprimentar apenas com um inclinar de cabeça, colocando-se de lado para a mesma passar. Era proibido introduzir no asilo livros, revistas, jornais e músicas sem o

¹³ Para saber mais sobre esses conceitos da Cultura escolar, ver: MALIKOSKI e KREUTZ, 2014.

consentimento das mães, bem como passar bilhetes de qualquer espécie. Fora do recreio, deveriam guardar silêncio em todo o lugar, não devendo andarem ociosas pelos corredores.

Num contraponto a toda austeridade até agora apresentada, ressalta-se que existiram momentos de grande celebração, alegria e festividade¹⁴. O que nos conduz a uma percepção óbvia de que a vida escolar dessas meninas foi, assim como é a vida de todos os sujeitos, um quadro sociocultural abstrato. Longe de uma análise histórica engessada, ou de uma compreensão maniqueísta, se aponta aqui a existência da mistura, da simultaneidade, entre a severidade e a amorosidade no cotidiano dessas meninas. Panorama que é expresso nos relatos das mães por meio de preocupações com os sentimentos das meninas, de momentos de afeição e de grande euforia nos momentos de confraternização.

De acordo com os relatórios, aos domingos e nos aniversários, as meninas podiam receber visitas¹⁵. O que as deixavam muito animadas e, por vezes, tristes pela ausência de alguém que era esperado. As festas religiosas ou comemorativas ocorridas durante o ano eram motivo de grande comoção. No dia do aniversário do asilo, organizava-se uma festa, todos comiam bolo e assistiam juntos aos fogos de artifícios.

Nas festas haviam exposições de trabalhos manuais, apresentações de dramatização, cantos e poesias pelas órfãs. Uma quantia da venda dos trabalhos manuais era depositada em uma caderneta pessoal às internas, que era liberada a cada uma no momento da saída da instituição.

No que tange ao ensino ministrado no asilo, ele era primário e moldado de acordo com o programa oficial do estado. Os exames finais eram realizados por uma banca examinadora presidida pela mãe superiora e professores de outras escolas da cidade e durava o dia inteiro.

As meninas que completavam o curso primário aprendiam, a partir da década de 1900, em coerência com sua vocação e interesse, a datilografia, enfermagem, o corte, a costura e o bordado. As interessadas, ainda poderiam continuar seus estudos no Colégio Santa Joana d'Arc, que tinha ensino normal¹⁶.

Em relação a essas profissões disponíveis, duas eram culturalmente associadas a figura feminina do século XIX: a enfermagem e a docência (TAMBARA, 2002). A datilografia, pode ser relacionada a um mercado de trabalho que existia, por causa das editoras e os jornais

¹⁴ Dado obtidos nos relatórios das mães do Asylo Coração de Maria (1900-1950).

¹⁵ Nos relatórios das mães (1910-1950) não está especificado o perfil desses visitantes. Todavia, baseado nos estudos de Caldeira (2014), pode-se postular que as desvalidas recebiam esporadicamente visitas de algum familiar ou padrinho/madrinha.

¹⁶ Dados extraídos dos relatórios das mães do Asylo Coração de Maria (1900-1950).

que haviam em Rio Grande (LONER, 2001 e MARTINS, 2006). Já o corte, a costura, o bordado, bem como as lidas de limpeza do lar, possibilitariam tanto a atuação de empregada doméstica, como de servente ou costureira nas fábricas¹⁷ que foram fundadas na cidade entre as décadas de 1870 a 1910.

Destaca-se que o ensino profissionalizante, pode ser considerado uma singularidade e um ingrediente fundamental para a caracterização da identidade institucional¹⁸ do Asylo Coração de Maria. Isso porque, a efetivação deste tipo de ensino está diretamente relacionada a uma configuração sociocultural cidadina.

Sendo uma zona portuária de destaque do sul do Brasil, na história da cidade do Rio Grande, entre imigrantes, comerciantes, escravos e uma vasta população que habitava cortiços, sempre estiveram presentes as prostitutas (MARTINS, 2006 e TORRES, 2015).

O medo de que as meninas asiladas se transformassem nas mulheres que ganhavam seu sustento através do sexo, é como uma sombra que se esconde nas entrelinhas dos documentos¹⁹. A “preocupação com as possibilidades de vida que as esperam”, o desejo de “possibilitar uma vida com boa moral e dignidade” e de que “fossem mulheres dignas de respeito”, sempre acompanha as menções do ensino para o trabalho.

Sentana e Moura (1989) e Caldeira (2014) afirmam, e os documentos comprovam, que muitas meninas saíam dos asilos para trabalhar como domésticas nas casas de família ou para o casamento. Mas o que acontecia com aquelas que não casavam ou que não conseguiam ser empregadas em casas de família, caso não possuíssem outra formação além da lida doméstica? Pode-se postular que poderiam tentar seguir a vida religiosa. Todavia, ainda não foram encontrados dados que sinalizem essa situação. Os registros desvelam apenas o medo das mães de que as meninas tivessem uma vida promíscua e indigna. Medo esse, que impulsiona a inserção do ensino profissionalizante na instituição.

Todavia, para além da motivação que impulsiona a efetivação desse tipo de ensino, é preciso enfatizar a importância desse ato dentro do contexto cidadão. Afinal, foi a partir dessa iniciativa que se abriu um pouco mais o leque de possibilidades de trabalho para jovens que jamais teriam como custear sozinhas algum curso profissionalizante. O que evidencia não apenas a existência de uma oportunidade de ascensão sociocultural dessas meninas desvalidas, através de um futuro como professoras, enfermeiras, empregadas domésticas,

¹⁷ Fábrica Rheingantz (1873), Fábrica Alliança (1876), Fábrica Beneri & Farinha (1889), Leal Santos (1889), Indústria Llopart (1902) e a Fábrica Pook (1891) (MARTINS, 2006).

¹⁸ Identidade institucional é um conceito abordado por Werle (2007).

¹⁹ Informações extraídas dos relatórios das mães do Asylo Coração de Maria (1900-1950).

trabalhadoras fabris e etc.; como também a aposta institucional em um sustento feminino, independente do casamento.

Considerações

Pelo que foi exposto, podemos apreender que o cotidiano das internas do Asylo Coração de Maria era composto por diversos momentos em que a religiosidade era evocada. Essa característica, elucida uma relação entre a religião e a obediência, bem como o cultivo da submissão e de uma relação de poder hierárquica entre as meninas e as mães.

As normas e as práticas são dois pontos que iam tanto ao encontro, como de encontro no cotidiano institucional. As meninas se enquadravam em muitas regras de conduta. Mas, como jovens que eram, algumas também tentavam burlá-las. Fato que impulsionou a elaboração de medidas de punição para a preservação da ordem que era desejada pelas mães.

Ao lado da tensão entre normas e práticas, situações de afetividade e celebração também foram destacadas, para lembrar que todo objeto histórico carrega em si uma multiplicidade de signos e sentidos.

Enfatizou-se também que nos documentos muitas frases conduzem ao medo de que as meninas se tornassem mulheres desprezadas pela sociedade. O que se enquadra em um perfil citadino portuário, de intensa prostituição, e leva ao entendimento que foi esse um forte motivo pelo qual o ensino profissionalizante foi disponibilizado às meninas. Situação que evidencia um pavor das mães de que suas meninas não estivessem mais em concordância com as regras de moralidade, bem como sinaliza uma abertura para a inserção das mulheres desvalidas no mercado de trabalho.

É preciso acrescentar que este estudo não se esgota neste trabalho pela complexidade e riqueza do tema tratado. Contudo, foi intenção não apenas discorrer sobre uma instituição com escassas menções, mas suscitar questões e análises acerca de um contexto educacional propiciado para meninas em situação de vulnerabilidade. Lócus repleto de preconceitos de gênero, conflitos socioculturais, e ainda pouco abordado dentro dos estudos históricos educacionais.

Referências

BORTOLUZZI, Pe. Octávio Cirillo. **Documentário**. 2. ed. Porto Alegre: Gráfica Dom Bosco, 1996.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CALDEIRA, Jeane dos Santos. **O Asilo de Órfãos São Benedito em Pelotas – RS (as primeiras décadas do século XX):** trajetória educativa-institucional Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (PPGE-UFPEL), 2014.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano.** Petrópolis: Vozes, 1997.

JORNAL ECHO DO SUL. Rio Grande, 1858 a 1950.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico.** Revista Brasileira de História da Educação, v. 1, n. 1, 2012. Disponível em:
<http://rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/273/281>

LONER, Beatriz Ana. **Construção de classe:** operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: UFPEL, 2001.

MACIEL, Patrícia Daniela. Instituto Asilo de Órfãos Nossa Senhora da Conceição: estudo da educação das meninas abandonadas no século XIX. In: ASPHE - ENCONTRO SUL-RIOGRANDENSE DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 8, 2002. **ASPHE - Iconografia e Pesquisa Histórica.** Gramado: Seiva, 2002. p. 291-303.

MALIKOSKI, Adriano e KREUTZ, Lucio. A cultura escolar como categoria de análise na produção de narrativas históricas sobre educação. **Revista Textura** Canoas n.32 p.245-260 set./dez. 2014.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da criança abandonada.** São Paulo: Hucitec, 1998.

MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande:** industrialização e urbanidade (1873-1990). Rio Grande: FURG, 2006.

NEGRÃO, Ana Maria Melo. **Infância, educação e direitos sociais:** Asilo de Órfãos (1870-1960). Campinas: UNICAMP/CMU, 2004.

NEVES, Décio Vignoli. **Vultos do Rio Grande.** Santa Maria: Palloti, 1980.

PERUZZO, Rosária Sperotto. Abrigo de Menores: Híbridões na Constituição de Si. 1997. 302f. **Dissertação (Mestrado em Educação)** – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

REGIMENTO da Santa Casa de Misericórdia da Cidade do Rio Grande. Rio Grande: Tipografia do Diário, 1860.

REGIMENTO interno do Asylo Coração de Maria, 1862.

RELATÓRIO apresentado ao conselho do município do rio grande, 1900 a 1950.

RELATÓRIO das mães do Asylo Coração de Maria, 1900 a 1950.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SENTANA, Ana Lucia e MOURA, Kátia. Asilo de Órfãs Coração de Maria. In: **Metodologia e Técnica em Pesquisa Histórica**. Rio Grande: FURG, 1989.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Movimento Constitucional e Separatismo no Brasil (1821-1823)**. São Paulo: Horizonte, 1988.

SOUSA, Celita Maria Paes. Casa das educandas ou recolhimento das educandas: instituição para meninas desvalidas no Pará. No século XIX. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 224-234, out 2011. Disponível em: ojs.fe.unicamp.br/ged/histedbr/article/download/3178/2840

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irma. A pesquisa histórica dos internatos de ensino profissional: revendo as fontes produzidas entre o século XIX e XX. **Revista Contemporânea de Educação**, v.4, nº7, 2009. Disponível em: <http://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1571/1419>

TAMBARA, Elomar. Profissionalização, escola normal, feminização e feminilização: magistério sul-rio-grandense de instrução pública - 1880/1935. In: HYPOLITO, Álvaro; VIEIRA, Jarbas; GARCIA, Maria Manuela (Orgs.). **Trabalho docente: formação e identidades**. Pelotas: Seiva, 2002.

TORRES, Luiz Henrique. A Casa da Roda dos Expostos na cidade do Rio Grande. **Revista Biblos**, v.20, 2006. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/724>

_____. **Rio Grande em tempos de cólera**. Rio Grande: Pluscom, 2015.

VIDAL, Diana e SCHWARTZ, Cleonara (orgs). **História das Culturas Escolares no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2010.

WERLE, Flávia. Espaço escolar e história das instituições escolares. **Revista Diálogo Educ**, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 147-163, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=1579&dd99=pdf>

_____. História das Instituições Escolares: de que se fala? In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura, (Orgs). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2004.